

Significantes malcomportados: a lógica do fantasma¹

João Vitor dos Santos e Christian Ingo Lenz Dunker

Resumo

O objetivo deste artigo é propor uma nova compreensão acerca da “lógica do fantasma”. Para tanto, proporemos cotejar determinado sistema formal de lógica e determinada compreensão do conceito lacaniano de fantasma. Isso nos permitirá definir *qual é a função lógica do fantasma*. Para a realização desse projeto, utilizaremos as lógicas paraconsistentes de Newton da Costa, justificando, ao longo do artigo, o porquê dessa escolha.

Palavras-chave:

Psicanálise; Lógica paraconsistente; Fantasia; Fantasma; Contradição.

Misbehaved signifiers: the logic of phantasy

Abstract

The objective of this article is to propose a new understanding of the “logic of phantasy.” Therefore, we will propose to collate certain formal logic systems and certain conceptions of the Lacanian concept of phantasy. This will allow us to define *what is the logic of phantasy function*. For the realization of this project, we will use the paraconsistent logics developed by Newton da Costa and we will justify this choice through the article.

Keywords:

Psychoanalysis; Paraconsistent logic; Fantasy; Phantasy; Contradiction.

1 O artigo é oriundo da realização de uma pesquisa de mestrado na linha de pesquisa “Investigações em psicanálise” do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (Ipusp). O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

Significantes mal portados: la lógica del fantasma

Resumen

El propósito de este artículo es proponer una nueva comprensión de la “lógica del fantasma”. Para ello, propondremos comparar un cierto sistema formal de lógica y una cierta comprensión del concepto lacaniano de fantasma. Esto nos permitirá definir *cuál es la función lógica del fantasma*. Para llevar a cabo este proyecto, utilizaremos las lógicas paraconsistentes de Newton da Costa, justificando, a lo largo del artículo, el porqué de esta elección.

Palabras claves:

Psicoanálisis; Lógica paraconsistente; Fantasía; Fantasma; Contradicción.

Signifiants mal élevés : la logique du fantôme

Résumé

L'objet de cet article est de proposer une nouvelle compréhension de la « logique du fantôme ». Pour ce faire, nous proposerons de confronter un certain système formel de logique et une certaine compréhension du concept lacanien de fantôme. Cela nous permettra de définir *quelle est la fonction logique du fantôme*. Pour mener à bien ce projet, nous utiliserons les logiques paraconsistentes de Newton da Costa, justifiant, tout au long de l'article, la raison de ce choix.

Mots-clés :

Psychanalyse ; Logique paracohérente ; Fantaisie ; Fantôme ; Contradiction.

A consistência fantasmática

O conceito de fantasma foi desenvolvido por Lacan e pelos psicanalistas lacanianos de inúmeras formas; no entanto, para realizar nosso objetivo, vamos restringir seu significado radicalmente, e, nesse sentido, compreenderemos o fantasma como sendo a operação que sua fórmula ($\$ \langle a \rangle$) designa no grafo do desejo. Destaquemos que, por essa via, já realizamos uma separação entre duas formas bem distintas pelas quais a fórmula do fantasma pode ser lida: quando apreendida sozinha ($\$ \langle a \rangle$), a fórmula designa a relação entre o sujeito barrado e o objeto causa de desejo, aproximando-se de uma compreensão mais freudiana do funcionamento das fantasias, na qual o sujeito fantasia cenários de satisfação, produz devaneios e sonhos. Não é por esse caminho que vamos proceder, pois não

pretendemos tentar compreender a fórmula em si, mas, sim, qual é o valor dela em relação aos outros conceitos do grafo, ou, dito de outra forma, qual operação o fantasma produz na dinâmica do desejo. Uma coisa é o que a fantasia é e outra é o que ela produz (o fantasma) na relação do sujeito com o desejo. Abordaremos somente esse segundo sentido.

No *Seminário XIV*, Lacan retoma o grafo do desejo e comenta:

(...) em algum lugar neste grafo está inscrita a letra A maiúscula, à direita, sobre a linha inferior (...), que em um sentido pode se identificar ao lugar do Outro, mas também é o lugar onde se produz tudo o que se pode chamar de enunciado no sentido o mais amplo do termo (...). (Lacan, 1966-1967/2008 p. 32)

O A, o Outro, nesse nível puramente estrutural, deve ser compreendido como o universo do discurso, ou ainda, como Lacan nomeará em seguida, como o *conjunto dos significantes*² (Lacan, 1966-1967/2008, p. 41). O que isso pode significar para a teoria do fantasma? Se o fantasma responde a uma falta no Outro, àquilo que seria seu desejo, como usualmente é afirmado, a qual falta o fantasma responde quando ela está formulada em uma estrutura constituída como conjunto de significantes? Se o Outro designa, nas palavras de Lacan, “*tudo* o que se pode chamar de enunciado”, qual significante poderia *faltar* a esse conjunto para que o fantasma precisasse ser constituído?

Desde que consideremos a apropriação lacaniana da linguística, com sua ampliação e enfoque no conceito de significante e de valor, torna-se evidente que a estrutura do significante se reproduz no nível do signo, ou seja, um signo linguístico, para além de sua oposição interna, opõe-se a outros signos linguísticos, da mesma forma que o próprio significante se opõe ao significado. Essa problemática pode ser vislumbrada já em Saussure: “Dito de outro modo — para retomar a comparação da folha de papel que se corta — não vemos por que a relação observada entre diversas porções A, B, C, D etc. há de ser distinta da que existe entre o anverso e o verso de uma mesma porção, seja A/A', B/B' etc.” (Saussure, 1916/2018, p. 162). Dessa forma, como distinguir a relação existente entre as partes que se opõem no interior de um signo das unidades de dois signos distintos, isto é, cada signo não é ele mesmo também um significante de outro signo? Assim, o que garante a significação? Se cada significante não produz um signo fechado que

2 Lacan utiliza o termo “significante” e o termo “enunciado” como sinônimos nesse momento, porém, evidentemente, há uma diferença no valor de cada um desses conceitos. Neste artigo, o sentido que nos interessa é aquele que se refere ao significante, isto é, ao universo do discurso como conjunto de significantes.

se distingue de todos os outros por significar uma coisa isolada, quando é que a cadeia significante deixa, de significante em significante, de se remeter a si mesma e passa a designar um objeto externo?

Se avançarmos nessa via, outra dificuldade surgirá: considerando como a cadeia significante se fecha em si mesma, sem que saibamos ao certo como ela se relaciona com o que se encontra além dela, qual é o último significante da cadeia que significará todos os outros? Como resposta a essas indagações, podemos afirmar que se falta um significante ao conjunto de todos os significantes é justamente o significante que significa todos os outros, isto é, o significante que significa a própria totalidade do Outro, ou ainda a coincidência no universo do discurso entre o todo e a falta. Como Bruce Fink (1998) sintetizou: “o furo no outro”. O que esse grupo de aporias designa é o problema lacaniano da metalinguagem:

Partamos da concepção do Outro como lugar do significante. Qualquer enunciado de autoridade não tem nele outra garantia senão sua própria enunciação, pois lhe é inútil procurar por esta num outro significante, que de modo algum pode aparecer fora desse lugar. É o que formulamos ao dizer que não existe metalinguagem que possa ser falada, ou, mais aforisticamente, que não há Outro do Outro. (Lacan, 1960/1998, p. 827)

Isso nos mostra como o fantasma se relaciona com esses diferentes níveis da teoria, pois se, usualmente, afirma-se que, no nível imaginário, o fantasma responde a uma indeterminação referente ao campo do desejo por meio da produção de um objeto, que, ao mesmo tempo que preenche uma falta, produz uma totalidade, no nível estrutural, o mesmo processo ocorre: a falta para a qual o fantasma é uma resposta só pode ser a ausência da metalinguagem. Isso é claramente expresso no grafo, uma vez que o fantasma se encontra alocado entre o Outro faltante ($A/$) e o Outro (A), e ainda entre o campo do significante (S) e a produção da significação (s). Por essa via, podemos definir o fantasma como um processo de “reparo” na estrutura, isto é, o fantasma serve como mediador entre a estrutura e o não estrutural ($S - s$), por meio de uma operação na estrutura que permite uma solução àquilo que era uma impossibilidade inerente ($A/ - A$); nesse caso, a realização de uma interrupção na derivação significante, que, do contrário, continuaria infinitamente. No grafo, isso está ilustrado pelo segmento localizado no canto superior esquerdo: $S(A/) - (\$ \langle a) - s(A)$, ou seja, o fantasma se situa entre o significante da falta do Outro (*The (W)hole*) e sua significação. Apresentaremos agora a lógica que nos permitirá oferecer uma releitura dessa problemática.

O cálculo C_n de Newton da Costa

De acordo com Krause (1993), os precursores das lógicas paraconsistentes foram o polonês Jan Łukasiewicz e o russo Nicolai Alexandrovich Vasil'ev, que, de forma independente, no início do século XX, previram a possibilidade de derrogar o princípio da não contradição, indicando que seria possível formular lógicas não aristotélicas, do mesmo modo que existiam as geometrias não euclidianas. Contudo, foi o discípulo de Łukasiewicz, Stanisław Jaśkowski, quem elaborou pela primeira vez um sistema de lógica paraconsistente: a lógica discussiva ou discursiva, em 1948. Não obstante a contribuição desses lógicos, será o brasileiro Newton da Costa quem receberá o maior reconhecimento por seu trabalho nesse campo:

O Prof. Da Costa, de forma independente, [durante o mesmo período que Jaśkowski] elaborou não apenas sistemas proposicionais, mas sistemas ao nível do cálculo de predicados (com e sem igualdade), assim como os correspondentes cálculos de descrição e aplicações às teorias de conjuntos (...). Por tais motivos, não obstante “precursores”, o Prof. Da Costa é considerado como o real criador das lógicas paraconsistentes. (Krause, 1993, p. 16)

Nas palavras do próprio Da Costa, houve três grandes motivos para que ele criasse tais sistemas: “(...) problemas de caráter psicológico, via psicanálise; problemas referentes à dialética; e problemas matemáticos de caráter extremamente técnico (...)” (Costa, Leite, & Cesarotto, 2014, p. 58). Segundo Newton da Costa, sua relação com a psicanálise se constituiu em uma tentativa sua de “autocura”, isto é, por influência de seu avô, que era psiquiatra, e de sua mãe, que era uma admiradora de Freud, Da Costa relata que buscou na teoria freudiana meios para poder lidar com seu sofrimento. Essas vivências e sua experiência posterior com sua análise pessoal fizeram com que ele percebesse que pensava coisas contraditórias, fazia coisas contraditórias, sonhava coisas contraditórias e que, além disso, durante o próprio tratamento analítico, o “diálogo” entre analisando e analista apresentava contradições. Assim, ele propôs a si uma questão: esse tipo de discurso, repleto de contradições, é formalizável? O segundo motivo, referente à dialética, originou-se de uma preocupação de Da Costa em invalidar certas críticas oriundas da lógica aos sistemas de Marx e Hegel. Ele nomeia Karl Popper como exemplo de alguém que argumenta a impossibilidade de existência de teorias dialéticas que apresentem contradições, ou seja, se fosse possível propor um sistema lógico em que as contradições não produzissem uma trivialização da teoria, argumentos dessa espécie estariam invalidados. Finalmente, a terceira motivação foi matemática: “(...) desde jovem, dediquei-me à matemática, estudando espe-

cialmente a teoria dos conjuntos e certas dificuldades que nela apareceram no começo do século e que se chamam antinomias cantorianas (...)” (Costa, Leite, & Cesarotto, 2014, pp. 57-58). Mais especificamente, existe uma contradição entre os paradoxos da teoria dos conjuntos, excepcionalmente famosa e importante na história da lógica e da matemática, conhecida por “paradoxo de Russell”. A lógica paraconsistente é uma possibilidade de resolução dessa antinomia, e o que apresentaremos adiante é que justamente essa contradição é a contradição central para a qual o fantasma é uma resposta. Antes de desenvolvermos nossa hipótese, apresentaremos os principais aspectos, que são fundamentais a nosso entendimento, da lógica C_n , $1 \leq n \leq \omega$ de Newton da Costa.

Para compreender o que são lógicas paraconsistentes, é preciso que antes estejamos familiarizados com dois conceitos da lógica clássica, a saber, o conceito de *inconsistência* e o conceito de *trivialidade*. Uma teoria dedutiva, que tenha um símbolo que designe a negação, é dita inconsistente caso pelo menos um de seus teoremas seja uma negação de outro teorema (Krause, 1993). Quanto à trivialidade, uma teoria dedutiva é dita trivial se qualquer fórmula passível de expressão nessa teoria for um teorema (Gomes & D’Ottaviano, 2017). O problema que esses conceitos impõem à lógica é que toda teoria dedutiva inconsistente, submetida a uma lógica clássica, será trivial, de forma que esses conceitos, sob um paradigma clássico, são inseparáveis. Esse fenômeno é conhecido na lógica por “*Ex falso quodlibet*”, ou “princípio de explosão”. Assim, a lógica paraconsistente é uma tentativa de suportar teorias dedutivas inconsistentes e não triviais.

Para que realizemos a aproximação com o campo psicanalítico, utilizaremos o sistema proposicional apresentado em *Sistemas formais inconsistentes*, de Newton da Costa (1993). Inicialmente, Da Costa (1993) apresenta o cálculo proposicional de sistemas dedutivos inconsistentes C_1 . Em C_1 , ele afirma que mantém os conectivos lógicos³ clássicos e o máximo de axiomas e regras de dedução do cálculo clássico. Além disso, estabelece duas condições que necessitam ser satisfeitas: “I – Em C_1 não deve ser válido, em geral, o princípio da não contradição. II – De duas proposições contraditórias não deve ser *geralmente* possível deduzir qualquer proposição” (Da Costa, 1993, p. 8).

Da Costa, então, apresenta os axiomas do sistema e uma regra de derivação; no entanto, vamos dividir os axiomas em dois grupos, com o intuito de facilitar a compreensão da construção dessa lógica. O primeiro grupo, com a regra de inferência (11), é este:

3 Para o leitor não familiarizado com a linguagem utilizada na lógica, os símbolos podem ser lidos da seguinte forma: \rightarrow = se... então; \wedge = e; \vee = ou; \neg = não.

1. $A \rightarrow (B \rightarrow A)$
2. $(A \rightarrow B) \rightarrow ((A \rightarrow (B \rightarrow C)) \rightarrow (A \rightarrow C))$
3. $A \rightarrow (B \rightarrow A \wedge B)$
4. $A \wedge B \rightarrow A$
5. $A \wedge B \rightarrow B$
6. $A \rightarrow A \vee B$
7. $B \rightarrow A \vee B$
8. $(A \rightarrow C) \rightarrow ((B \rightarrow C) \rightarrow (A \vee B \rightarrow C))$
9. $\neg\neg A \rightarrow A$
10. $A \vee \neg A$
- 11.

Assim como o leitor pode averiguar em outras obras de lógica, a lógica proposicional paraconsistente de Da Costa até aqui é quase idêntica aos sistemas de lógica clássica. No caso do axioma $(A \rightarrow B) \rightarrow ((A \rightarrow \neg B) \rightarrow \neg A)$, que sempre consta nas formulações clássicas, conhecido por *reductio ad absurdum* (ou redução ao absurdo), é preciso que ele seja derogado. Tal axioma é um dos mais conhecidos esquemas de prova: por meio dele, prova-se que uma proposição em determinado argumento é falsa, uma vez que a presença dela implica uma contradição, isto é, se uma proposição implica outra e ao mesmo tempo implica a negação dessa segunda proposição que ela implicava, isso significa que a primeira proposição é falsa. A recusa desse esquema é imprescindível à lógica paraconsistente, pois o que sustenta esse axioma é o pressuposto de que uma contradição não pode ocorrer de forma alguma.

A derrogação do princípio de não contradição, do princípio de explosão e do teorema da redução ao absurdo já nos indica o que se encontra nas bases daquilo que diferencia a lógica paraconsistente das lógicas clássicas: é o valor da negação. Dado que o termo comum a todos os esquemas derogados é o operador da negação, isso significa que esse conectivo designa algo distinto daquilo que ele designa nas lógicas clássicas. No caso do axioma 10. $(A \vee \neg A)$, que é o princípio do terceiro excluído, Da Costa decide mantê-lo, por prever como será configurada a semântica de seu sistema e por essa disjunção não impedir sintaticamente a presença de contradições. Para discutirmos a presença do axioma 9. $(\neg\neg A \rightarrow A)$, conhecido como “axioma da dupla negação”, será preciso introduzir um conceito central para C_1 , que é o conceito de *comportamento*. Antes disso, examinemos agora como a teoria dos conjuntos pode oferecer a via pela qual conceitos psicanalíticos podem ser definidos e repensados pela matemática, para que possamos derivar algumas conclusões acerca do conceito de fantasma a partir das lógicas paraconsistentes.

Da falta à contradição

A teoria dos conjuntos foi formulada pela primeira vez pelo matemático alemão Georg Cantor (1845-1918). De acordo com Krause e Da Costa (2016, p. 12): “A noção intuitiva de conjunto é clara e simples: trata-se de uma coleção de objetos, que são os elementos do conjunto.” Pode-se, em princípio, formar um conjunto a partir de uma definição, tal como o “conjunto das lógicas heterodoxas”, de modo que tudo que for uma lógica heterodoxa pertencerá a esse conjunto e tudo que não for uma lógica heterodoxa, como um sistema de lógica clássica ou um livro de filosofia, não pertencerá ao conjunto. Pode-se também simplesmente selecionar um grupo de objetos e compor um conjunto com eles, ainda que sejam objetos radicalmente distintos, como um conjunto que tem como elementos os divãs e os números primos. Se um objeto qualquer, nomeado de x , pertence a um conjunto, nomeado de A , diz-se que $x \in A$. E, se esse mesmo objeto não pertencer a esse conjunto, dizemos que $x \notin A$. Lembremos que existem diferentes compreensões acerca do que são os conjuntos e inúmeras axiomatizações, de modo que, assim como no caso das lógicas, uma definição de “conjunto” em uma axiomatização pode não ser válida em outra axiomatização.

A comparação entre conjunto e significante é realizada por Lacan ao longo dos seminários inúmeras vezes e ela sempre é feita, direta ou indiretamente, na direção da expressão de uma equivalência ou identidade entre esses dois conceitos. No caso do *Seminário XIV*, por exemplo, Lacan está às voltas com alguns paradoxos da teoria dos conjuntos relativos à totalidade (*o conjunto de todos os conjuntos*) e aos conjuntos reflexivos (*conjuntos que pertencem a si mesmos*), e dessa ordem de questões Lacan realiza as mesmas construções no campo do significante, ou seja, ele se pergunta sobre *qual significante poderia significar todos os outros significantes* e se um *significante poderia significar a si mesmo*. Nesse sentido, a equivalência entre esses dois campos já está dada na teoria lacaniana; no entanto, antes de prosseguir, examinemos alguns detalhes que possam fundamentar melhor tal disposição.

Assim como afirma Rona (2010), as dificuldades básicas de ambas teorias, a dos conjuntos e a da linguística estrutural, são homólogas no que concerne à fundamentação de suas unidades constitutivas: na apropriação psicanalítica da linguística, a complicada definição do que seria um significante independente de sua relação com os outros significantes e de seu significado; e, no caso da teoria dos conjuntos, a necessidade de definir o que é um conjunto para além desse nível meramente intuitivo pelo qual ele foi descrito. Seguindo a formalização apresentada por Rona (2010), a concepção fregeana de função nos fornece um modo pelo qual podemos definir um conjunto de forma não intuitiva ou, em nosso caso, definir um significante. Frege (1891/2009) caracteriza as funções como tendo, a partir daquilo que substitui seu argumento, um valor de verdade: ele pode ser “verdadei-

ro” ou “falso” (o que abreviaremos por V e F). Por exemplo, a função $x^2 = 1$ tem o valor de verdade V se o argumento, o valor de x , for 1; no entanto, se o argumento for 7, tal função tem o valor de verdade F. Desse modo, Frege (1891/2009, p. 94) iguala função e conceito: “Com efeito, pode-se dizer imediatamente: um conceito é uma função cujo valor é sempre um valor de verdade.” De acordo com Rona:

O que Frege postula é uma existência, aquela de um conjunto (β , digamos), sempre que for possível distinguir uma fórmula lógica clara (λ) de uma variável (γ). Os valores (γ) que levarem a fórmula (λ) a seu valor de verdade V serão os elementos do conjunto cuja existência foi postulada pela existência da fórmula. (Rona, 2010, p. 92)

Para exemplificar essa construção, pensemos na função “ser um bípede implume”. Obtemos um conjunto a partir de todos os elementos que recebem valor de verdade V quando inseridos no argumento dessa função, ou seja, a variável “cachorro” não faz parte desse conjunto; porém, os “homens” e as “galinhas sem penas” serão elementos do conjunto derivado desse conceito. Dessa forma, identificando conjunto e significante, temos que:

Um conceito, portanto, reúne elementos ou objetos e essa relação entre o que constituiria um conjunto pelo estabelecimento de um conceito bem poderia evocar a noção de signo, tal como definida por Saussure. Faz-se, então, corresponder o significante ao conjunto em questão (a extensão do conceito), e o conceito, função que efetivamente reúne os objetos no conjunto, (...), corresponderia ao significado (...). Temos, nesse primeiro passo, uma materialidade, elementos reunidos em uma relação de significação, tanto na definição de Frege quanto na de Saussure. (Rona, 2010, p. 93)

A extensão do conjunto constituída a partir das variáveis que receberam o valor de verdade V a partir de uma função determina que conjunto é esse, ou, em termos linguísticos, os significantes que compõem um significante definem esse significante pela relação de verdade que eles apresentam com a significação. Finalmente, torna-se evidente o porquê da insistência de Lacan em utilizar a teoria dos conjuntos como meio de formalização do significante, dado que ambos os conceitos têm um funcionamento, em suas respectivas teorias, inteiramente similar. Rona (2010, p. 94) chega a afirmar que: “(...) o conceito de conjunto interpreta aquele de significante”.

Retomando a problemática referente ao fantasma: se concebemos o Outro como o agrupamento de todos os significantes, fundamos um novo significante, que é aquele que designa essa totalidade até então inexistente. Nomearemos esse signifi-

cante de “Outro”. A fundação desse significante, o do Outro, produz um obstáculo à sua significação, pois, se ele designa a totalidade dos significantes, não poderia não pertencer a si mesmo, dado que isso iria ferir sua definição. Se prosseguíssemos por essa via, ela se repetiria indefinidamente: nomeando essa nova totalidade de significantes produzida pela soma da totalidade dos significantes mais sua nomeação (Outro + Outro) de “Outro^a”, o Outro^a se torna aquilo que era o Outro, ou seja, ele designa uma totalidade ao preço de falhar em sua finalidade, uma vez que necessita excluir sua própria nomeação dela. É por isso que essa problemática é a mesma da ausência da metalinguagem e da produção da significação, pois o que não conseguimos realizar é o acesso a uma linguagem que nomeie essa primeira linguagem de um ponto externo, ou que pelo menos a signifique sem que isso designe um processo circular de autorreferência. Por esse mesmo motivo a linguagem na teoria lacaniana inscreve a si mesma como uma falta:

Quanto a nós, partiremos do que a sigla $S(A)$ articula, por ser antes de tudo um significante. (...). Ora, estando a bateria dos significantes, tal como é, por isso mesmo completa, esse significante só pode ser um traço que se traça por seu círculo, sem poder ser incluído nele. Simbolizável pela inerência de um (-1) no conjunto dos significantes. (Lacan, 1960/1998, p. 833)

O fantasma, dessa forma, é aquilo que positiva esse (-1) : é o conceito que designa o modo pelo qual um significante passa a significar todos os outros, ou seja, quando a significação falha, uma vez que a linguagem é estruturalmente “falha”, o fantasma é convocado a suprir essa falta. O significante do Outro é o significante que significa todos os outros significantes, ou, em termos de conjuntos, o significante do Outro é o conjunto de todos os conjuntos, isto é, ele é o conjunto que tem como extensão todos os outros significantes. Imaginemos que essa totalidade significante fosse dividida a partir de um conceito que as separe claramente em duas partes, assim como os conjuntos produzidos por meio dos valores de verdade das funções fregeanas. Trata-se de uma operação simples; entretanto, suponhamos agora que essa divisão seja realizada pela caracterização de “não pertencer a si mesmo”, ou seja, divide-se o conjunto do Outro em dois outros conjuntos, que são compostos, respectivamente, pelos significantes que possuem a si mesmos como elemento e pelos significantes que não possuem a si mesmos em sua extensão. Nomeando esse predicado de “não reflexivo”, de modo que os outros conjuntos são reflexivos, sigamos Rona:

Uma vez que os conjuntos devam ser considerados ou reflexivos ou não reflexivos, não há resto possível e a união desses dois subconjuntos equivale novamente ao Todo. Chamemos o conjunto dos conjuntos não reflexivos,

seguindo a sugestão de Badiou, de *A Quimera*. O que dizer desse conjunto? *A Quimera* é reflexiva ou não reflexiva? (Rona, 2010, p. 99)

Em outras palavras, *A Quimera* pertence a si mesma? Só dispomos de duas opções. Se *A Quimera* pertence a si mesma, isso significa que ela é reflexiva e que, portanto, não poderia pertencer a si mesma, uma vez que designa o conjunto dos conjuntos não reflexivos. Se *A Quimera* não pertence a si mesma, isso significa que ela não é reflexiva e que, portanto, deveria pertencer a si mesma, uma vez que designa o conjunto dos conjuntos não reflexivos. Assim, *A Quimera* produz uma contradição, pois pertence a si mesma se e somente se não pertencer a si mesma. *Isso implicará que o Outro contém uma contradição, pois A Quimera é subconjunto do Outro, resultando que o Outro é inconsistente.* Essa seria a questão central que une o conceito de fantasma à lógica paraconsistente, pois se o fantasma, estruturalmente, designa uma resposta à falta no Outro, com a introdução das definições conjuntistas do significante, aquilo que era falta se transforma em contradição, de forma que se o fantasma opera sobre essa falta para que a estrutura funcione. Isso significa que, no nível lógico, *o fantasma opera na contradição para que a estrutura subsista.*

Da contradição à paraconsistência

O paradoxo que foi apresentado é uma versão de uma das contradições mais conhecidas da história: o paradoxo de Russell. Sua notoriedade se deve, em parte, por ela ter representado o fim de um projeto científico, nesse caso o logicismo fregeano. O âmagô desse projeto é a concepção de que a matemática poderia ser inteiramente fundada na lógica, sem que fosse preciso recorrer a nenhum tipo de experiência ou intuição. Para solucionar os paradoxos da teoria dos conjuntos, em especial essa contradição central, diferentes restrições foram impostas aos antigos esquemas que constituíam as bases dessa teoria. Entre as diferentes aproximações, pode-se citar: a axiomatização de Zermelo e Fraenkel, a teoria dos tipos de Russell e Whitehead, e a introdução do conceito de classe por Neumann, Bernays e Gödel. Em todos esses casos, cria-se algum esquema que impeça a derivação desse conjunto que contenha *A Quimera*. No caso de Zermelo e Fraenkel, define-se o axioma da especificação (ou separação), em que não se pode mais, tal como era permitido em Frege, derivar um conjunto a partir de um conceito, isto é, esse esquema de axiomas permite a formação de conjuntos por um predicado somente em casos em que já há um conjunto definido e o predicado for aplicado a seus elementos, evitando, assim, a ocorrência de conjuntos paradoxais.

Além dos motivos pessoais e filosóficos, foi justamente por causa desse paradoxo que Da Costa se empenhou em formular um sistema paraconsistente. Considerando a importância dessa contradição à história da matemática e da filosofia,

é possível vislumbrar a radicalidade da proposta de Da Costa, pois é como se ele houvesse proposto o caminho inverso daquele que estava sendo percorrido, isto é, em vez de Da Costa construir algum tipo de restrição à teoria dos conjuntos que impedisse seus paradoxos “naturais”, ele propõe uma preservação da teoria dos conjuntos sem restrição e uma alteração na lógica subjacente. Em outras palavras: se a teoria parecia rigorosamente correta e mesmo assim produzia contradições, por que não formular uma lógica distinta que fosse apropriada a ela?

No *Seminário XIV*, Lacan (1966-1967, pp. 26, 33, 41, 176) apresenta pelo menos três formas por meio das quais ele tenta derrogar essa contradição. Resumidamente, elas se apoiam em três alternativas ao enfrentamento da contradição no Outro: a identificação, a negação da existência do Outro e o axioma da especificação. O leitor que averiguar tais hipóteses nesse seminário poderá perceber que, para Lacan, distintamente do que é afirmado por alguns autores, quase sempre, o surgimento da contradição em um conceito ou estrutura é um impasse que deve ser superado, de modo que a contradição seja banida. Distintamente de Lacan, dispomos de sistemas formais que demonstram a possibilidade de conceber logicamente objetos inconsistentes, e, portanto, como poderíamos reler toda essa problemática, que vai da inconsistência do Outro à formação do fantasma?

Se aquilo que era falta no Outro em uma perspectiva puramente linguística se transforma em uma contradição quando a teoria dos conjuntos é introduzida, de modo a permitir uma releitura lógica do Outro, o que isso faz do fantasma? A resposta é inequívoca: se o fantasma operava na falta do Outro de forma a constituir uma totalidade até então não realizada, na perspectiva lógica o fantasma opera na contradição do Outro, de forma a realizar uma consistência até então inexistente. Nesse sentido, o conceito de fantasma de Lacan, tal como foi inserido no grafo do desejo, designa a inserção de um *princípio da não contradição no interior da estrutura significante*, ou seja, o processo realizado pelo fantasma é o processo de consistentização do Outro, ou ainda um processo de negação das contradições da linguagem. Tal concepção, ainda que não definida de uma perspectiva lógica, é intuitivamente designada por diversos psicanalistas e filósofos da psicanálise quando eles comentam o conceito de fantasma, sempre afirmando que ele produz ou garante uma *consistência* ao Outro, ou ao corpo do Outro, ou à realidade.

Comportamentos inconsistentes

Retomando a apresentação da lógica paraconsistente de Newton da Costa, o comportamento é representado em seu sistema por meio de um símbolo ($^{\circ}$), que abrevia as fórmulas referentes ao princípio da não contradição, isto é, em C_1 , ainda que esse princípio não opere irrestritamente, ele se aplica em algum nível! É a isso que se refere o termo “comportamento” em *Sistemas formais inconsistentes*: as fórmulas que

sejam consideradas “bem-comportadas” podem ser submetidas à lógica clássica, pois são consistentes, de modo que não seria razoável afirmar que uma contradição pode ocorrer. Para citar um exemplo, meramente didático, pense-se na proposição “Miau é um cachorro”. É possível que ela seja verdadeira, caso Miau seja um cachorro, ou falsa, caso Miau seja um pássaro, por exemplo, no entanto, é difícil imaginar, sem algum exagero interpretativo, que tal asserção possa ser contraditória, isto é, que existe a possibilidade de Miau ser e não ser um cachorro ao mesmo tempo. Por outro lado, há proposições malcomportadas que se referem a ideias e fenômenos que podem ser contraditórios, de modo que eles necessitam genuinamente das lógicas paraconsistentes. Além dos paradoxos matemáticos tais como os da teoria dos conjuntos, podemos fornecer como exemplo: os predicados vagos que criam dificuldades interpretativas; os fenômenos e conceitos descritos pela física quântica, assim como indicam Da Costa (1994) e inúmeros outros autores; e a clínica psicanalítica, na qual a presença de contradições na fala dos analisandos é constante.

Assim como foi afirmado, em C_1 , o bom comportamento é caracterizado por um símbolo, isto é, se A é uma fórmula bem-comportada, então a ela se aplica o princípio de não contradição, e isso pode ser representado pelo símbolo ($^\circ$). Em síntese: se A é bem-comportada, então $\neg(A \wedge \neg A)$; e $\neg(A \wedge \neg A)$ em C_1 é descrito por A° . Sobre a presença do teorema da dupla negação (9. $\neg\neg A \rightarrow A$) em C_1 , como descreve Da Costa (1993), pode-se manter esse axioma, ainda que aparentemente ele disponha de uma negação clássica em sua forma, pois, se A for bem-comportada, ela funciona classicamente, de modo que a dupla negação, um axioma clássico, continua válido, enquanto, se A for malcomportada, o axioma ainda continua válido, uma vez que, pelos axiomas 4 e 1, qualquer proposição implicará A .

Agora que já dispomos da noção de comportamento, podemos apresentar os outros axiomas de C_1 :

12. $B^\circ \rightarrow ((A \rightarrow B) \rightarrow ((A \rightarrow \neg B) \rightarrow \neg A))$
13. $A^\circ \rightarrow (\neg A)^\circ$
14. $A^\circ \wedge B^\circ \rightarrow (A \wedge B)^\circ$
15. $A^\circ \wedge B^\circ \rightarrow (A \vee B)^\circ$
16. $A^\circ \wedge B^\circ \rightarrow (A \rightarrow B)^\circ$

O axioma 12 designa que, caso uma fórmula seja bem-comportada, então a ela se aplica a redução ao absurdo, e os axiomas 13-16 indicam como o bom comportamento não é alterado por nenhum conectivo, ou seja, respectivamente, se A é bem-comportada, então sua negação também é, e, se duas proposições são bem-comportadas, uma conjunção, uma disjunção ou uma implicação entre elas também são. Esses 16 esquemas definem a axiomática da lógica paraconsistente C_1 .

É impossível tentar examinar neste artigo todos os 11 teoremas derivados desses axiomas; entretanto, destacaremos alguns deles. No teorema 9, Da Costa introduz um aspecto de seu sistema que pode ser de extrema relevância para a psicanálise: uma hierarquia de lógicas. Com a intenção de possibilitar uma compreensão intuitiva dessa hierarquia, fazemos a seguinte conjectura: para traduzir logicamente uma teoria em um cálculo paraconsistente de C_1 , será necessário decidir sobre o comportamento das proposições, isto é, será necessário decidir se determinado objeto se comporta de modo clássico ou se é possivelmente um objeto contraditório; caso esse objeto seja um objeto contraditório, será inscrito e, juntamente com ele, sua negação; no entanto, se se comportar classicamente, ele ou sua negação será inscrita com a presença do símbolo do bom comportamento. Portanto, no paradigma paraconsistente, sempre será preciso realizar uma decisão acerca da consistência do objeto. Podemos fazer a seguinte pergunta diante de tal procedimento: ainda que esteja garantido que determinada proposição se comporta bem, o que garante que a decisão sobre o comportamento de uma proposição se comporta bem? Em outros termos, o predicado de bom comportamento não garante que ele mesmo é bem-comportado. A hierarquia é a seguinte:

$$C_0, C_1, C_2, \dots, C_n, \dots, C_\omega,$$

C_0 é o cálculo clássico e C_1 é o cálculo apresentado. Além disso, Da Costa postula que:

$$\begin{aligned} A^{(1)} &\text{ representa } A^o \\ A^{(n)} &\text{ representa } A^{(n-1)} \wedge (A^{(n-1)})^o \end{aligned}$$

A transição de um nível para outro ocorre a partir de uma mudança no segundo grupo de axiomas, isto é, sem considerar o nível C_0 , que é o nível clássico, em todos os outros níveis da hierarquia, o primeiro grupo de axiomas que foram apresentados (1-11) é mantido, e o segundo grupo de axiomas (12-16) é ligeiramente alterado em cada nível, de modo que, em C_n , $0 < n < \omega$, os axiomas são dispostos assim:

12. $B^{(n)} \rightarrow ((A \rightarrow B) \rightarrow ((A \rightarrow \neg B) \rightarrow \neg A))$
13. $A^{(n)} \rightarrow (\neg A)^{(n)}$
14. $A^{(n)} \wedge B^{(n)} \rightarrow (A \wedge B)^{(n)}$
15. $A^{(n)} \wedge B^{(n)} \rightarrow (A \vee B)^{(n)}$
16. $A^{(n)} \wedge B^{(n)} \rightarrow (A \rightarrow B)^{(n)}$

Dos dois últimos postulados e a partir desse esquema de axiomas, torna-se evidente como a hierarquia funciona: todas as vezes em que *o bom comportamento do bom comportamento* de uma proposição é assegurado, aumenta-se a hierarquia em 1, ou, por exemplo, para que $(A^\circ)^\circ$ ocorra, em que A é uma fórmula qualquer, a lógica que será utilizada é C_2 . Como é afirmado no teorema 10, cada nível da hierarquia é mais fraco que o anterior. E, no caso de C_ω , o cálculo mais fraco possível, ele tem apenas os axiomas do primeiro grupo que foram apresentados, sem nenhum axioma que caracterize o bom comportamento das fórmulas, ou seja, em C_ω não ocorrerá nenhuma fórmula bem-comportada de nenhum nível. O teorema 10 e o 11 apresentam as provas de mais dois aspectos que podem ser apreendidos nas hierarquias, que são as propriedades *finitamente trivializável* e *infinitamente trivializável*. Nas palavras de Da Costa: “Um sistema formal, S , diz-se *trivial* quando qualquer fórmula A de S for tal que $\vdash A$. (...). O sistema formal S denomina-se *finitamente trivializável* quando existir pelo menos uma fórmula que o trivializa” (Da Costa, 1993, p. 19). Os sistemas C_0 e C_n , $1 \leq n < \omega$, são finitamente trivializáveis. No caso do cálculo clássico (C_0), qualquer fórmula da forma $A \wedge \neg A$ trivializa a teoria e, no caso de C_1 , uma vez que o símbolo do bom comportamento define que determinada proposição é consistente e funciona classicamente, qualquer fórmula da forma $A^\circ \wedge A \wedge \neg A$, por exemplo, produz uma trivialização. A exceção na hierarquia, é claro, é o cálculo C_ω , no qual é impossível adicionar uma fórmula que o trivialize.

A lógica da psicanálise

O que apresentamos até agora foi apenas um primeiro esboço dessa tentativa de realizar um diálogo entre lógica paraconsistente e psicanálise lacaniana. Como uma primeira conclusão, pretendemos indicar algumas hipóteses gerais acerca de possíveis desdobramentos que poderão ser realizados no futuro.

Nossa hipótese central é a de que o fantasma produz uma consistentização na cadeia significante, ou, em outros termos, o fantasma nega a parte inconsistente do Outro. Clinicamente, isso designaria o constante esforço de negação das contradições dos analisandos, que obtêm como resultado o surgimento dessas contradições negadas em uma forma não reconhecida: como sintomas. Se essa hipótese estiver correta, ou seja, se o fantasma é o conceito psicanalítico que define essa espécie de princípio de não contradição no interior da estrutura significante, como poderíamos caracterizar, em termos lógicos, a travessia do fantasma?

Podemos afirmar que, se o fantasma é aquilo que consistentiza o universo do discurso, sua travessia precisa ser definida como um processo de reconhecimento das contradições. Por isso, novamente, percebe-se a importância dos sistemas formais inconsistentes à psicanálise, pois qual tipo de lógica permitiria que o su-

jeito se confrontasse com as inconsistências de sua fala senão uma na qual as contradições podem ocorrer? Assim, poderíamos arriscar a definição de que *o ato de se submeter a um processo psicanalítico é definido logicamente por uma paraconsistentização da estrutura significante*. Isso não significaria uma abertura clínica e completa a todas as contradições, isto é, não são todos os significantes que são interpretados como malcomportados, uma vez que, como vimos no cálculo C_n de Da Costa, na submissão de uma teoria ao sistema formal paraconsistente é necessário que se decida sobre quais são as proposições que se comportam bem e sobre as que são contraditórias. Tal decisão já descreveria, nessa perspectiva, parte do trabalho analítico: não se analisa tudo; na medida do possível, analista e analisando se esforçam para interpretar os significantes que produzem as maiores inconsistências, desconsiderando, assim, os significantes bem-comportados.

Indicamos como um dos fundamentos que tornam possível a lógica paraconsistente o valor distinto que ela fornece às negações. Tal aspecto é evidente já em seus axiomas, que diferem da lógica clássica justamente nos momentos em que incide a negação. Se estamos defendendo que a lógica paraconsistente é a lógica da psicanálise, é necessário que já exista na teoria psicanalítica um equivalente teórico da negação paraconsistente: em nossa concepção, trata-se da *denegação*. O paralelo chega a ser um pouco óbvio, uma vez que, desde as descrições mais elementares realizadas por Freud, a denegação sempre é apresentada como uma negação que afirma. Essa equivalência se torna mais promissora quando consideramos também a apropriação desse conceito por Lacan e, principalmente, por Jean Hyppolite, para quem a denegação é a negação que designa a própria possibilidade de realização do processo psicanalítico.

É evidente que o trabalho analítico é realizado paulatinamente, de modo que não é fácil localizar clinicamente os momentos em que houve uma “mudança de lógica”; porém, analisar localmente, do ponto de vista da consistência, um grupo de significantes envolve uma das características essenciais às lógicas paraconsistentes de Newton da Costa: o comportamento. Se um sujeito em análise está disposto a considerar a possibilidade de significantes malcomportados, isto é, a presença de significantes contraditórios no campo do Outro, isso designaria uma mudança de lógica: uma alteração na hierarquia apresentada anteriormente de C_0 para C_1 . Se isso ocorre, o que acontece com os outros significantes? O reconhecimento do mau comportamento de um significante durante um processo psicanalítico implica um reconhecimento do bom comportamento dos outros significantes, e, portanto, podemos definir que, se um significante foi predicado como bem-comportado em um momento da análise, o retorno a esse significante em outro momento da análise, com a possibilidade de que ele seja malcomportado, indica uma nova mudança na hierarquia, nesse caso de C_1 para C_2 , dado que o su-

jeito não está analisando o significante, mas, sim, o fato de não ter analisado esse significante anteriormente, ou, logicamente, está predicando como malcomportado o bom comportamento que havia predicado anteriormente o significante. Isso posto, torna-se possível designar como a travessia do fantasma seria logicamente definida: ela seria caracterizada por uma análise levada ao infinito, assim como a possibilidade da inconsistência se reproduz ao infinito em $C\omega$. É claro que, nesse último caso, trata-se de um ideal impossível, mas o que ele descreveria idealmente como fim de análise, ou como a formação de um analista, é a posição de um sujeito na qual qualquer significante pode ser analisado, ou ainda, um sujeito que reconhece que a possibilidade da inconsistência é infinitamente presente.

Referências bibliográficas

- Da Costa, N. C. A. (1993). *Sistemas formais inconsistentes*. Curitiba: UFPR.
- Da Costa, N. C. A. (1994). *Ensaio sobre os fundamentos da lógica* (2a ed.). São Paulo: Hucitec.
- Da Costa, N. C. A., Leite, M. P. S., & Cesarotto, O. (2014). Psicanálise, dialética e lógica paraconsistente. In S. Freud. *A negação* (pp. 56-89). São Paulo: Cosac Naify.
- Fink, B. (1998). *O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Frege, G. (2009). Função e conceito. In G. Frege. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Universidade de São Paulo. (Trabalho original publicado em 1891)
- Gomes, E. L., & D'Ottaviano, I. M. L. (2017). *Para além das colunas de Hércules, uma história da paraconsistência: de Heráclito a Newton da Costa*. Campinas: Unicamp.
- Krause, D. (1993). Apresentação. In N. C. A. da Costa. *Sistemas formais inconsistentes*. Curitiba: UFPR.
- Krause, D., & Da Costa, N. C. A. (2016, julho). O que é um conjunto. *Fundamento: Revista de Pesquisa em Filosofia*, Ouro Preto, 13(13), 11-21. Recuperado em 15 de janeiro, 2019, de <http://www.revistafundamento.ufop.br/index.php/fundamento/issue/current/showToc>
- Lacan, J. (1998). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In J. Lacan. *Escritos* (pp. 807-842). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1960)
- Lacan, J. (2008). *A lógica do fantasma: seminário 1966-1967*. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife. (Trabalho original publicado em 1966-1967)
- Rona, P. M. (2010). *A topologia na psicanálise de Jacques Lacan: o significante, o conjunto e o número*. Tese de doutorado em psicologia clínica, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. DOI 10.11606/T.47.2010.tde-20072010-154746

Saussure, F. de. (2018). *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix. (Trabalho original publicado em 1916)

Recebido: 08/01/2021

Aprovado: 10/02/2021